

Os ruralistas paulistas e seus projetos para a educação agrícola: a “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP) em Piracicaba (1881 a 1903)

Rodrigo Sarruge Molina*
Mara Regina Martins Jacomeli**

Resumo: Neste artigo, analisa-se o surgimento dos primeiros projetos de educação agrícola, prática e secundária do Estado de São Paulo, cujo resultado foi a criação da ESALQ. Depois das tentativas da iniciativa privada e posteriormente do governo estadual, a escola foi inaugurada em 1901. A primeira parte do estudo é concentrada no período entre 1881 e 1901, quando foram elaborados os projetos de construção da escola. Na segunda parte, referente aos anos de 1901 a 1903, analisam-se a inauguração emergencial da escola e seu funcionamento precário. Consta-se que, tanto no nível nacional quanto no local, existiram inúmeras barreiras à implantação de projetos modernizadores, como os das escolas agrônomicas. Internacionalmente, para além do conservadorismo local, era necessária a condição de um Brasil não desenvolvido e ‘colonial’.

Palavras-chave: ESALQ/USP, educação agrícola, Primeira República, ensino secundário, ensino prático, Luiz de Queiroz.

* Historiador e doutorando em Educação. Departamento de Filosofia e História da Educação (DEFHE). Faculdade de Educação – UNICAMP. E-mail: molinaprof@hotmail.com.

** Pedagoga. Prof. Dra. da Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Departamento de Filosofia e História da educação (DEFHE). E-mail: mararmj@unicamp.br.

São Paulo landowners and their projects for agricultural education: “Luiz de Queiroz” (ESALQ / USP) in Piracicaba (1881 – 1903)

Rodrigo Sarruge Molina
Mara Regina Martins Jacomeli

Abstract: Current paper analyzes the advent of early projects in agricultural education, conceived on a practical and secondary level, in the state of São Paulo, which resulted in the establishment of ESALQ. After the first attempts by private entrepreneurs and later by the state government, the ESALQ was inaugurated in 1901. The first part of the paper focuses on the 1881 – 1901 period when school construction projects were endeavored. The second part deals with the 1901 - 1903 period featuring the hasty inauguration of the school and its precarious conditions. Research demonstrated that at the national and local levels, there were numerous impairments for the deployment of the modernizing projects, such as those involving agricultural schools. These included local conservatism, under development and a still ‘colonial’ Brazil.

Keywords: ESALQ/USP, agricultural education, First Republic, secondary school, practical teaching, Luiz de Queiroz.

Los ruralistas paulistas y sus proyectos para la educación agrícola: la “Luiz de queiroz” (ESALQ/USP) en piracicaba, 1881 - 1903

Rodrigo Sarruge Molina
Mara Regina Martins Jacomeli

Resumen: El presente artículo analiza el surgimiento de los primeros proyectos de educación agrícola, práctica y secundaria del Estado de São Paulo, Brasil, cuyo resultado fue la creación de la ESALQ - *Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*. Tras los intentos de la iniciativa privada y posteriormente del gobierno estadual, la escuela fue inaugurada en 1901. La primera parte del estudio se concentra en el período entre 1881 y 1901, cuando fueron elaborados los proyectos de construcción de la escuela. En la segunda parte, referente a los años de 1901 a 1903, se analizan la pronta inauguración de la escuela y su funcionamiento precario. Se constata que, tanto a nivel nacional como local, existieron varias barreras a la implantación de proyectos modernizadores, tales como las escuelas agronómicas. Internacionalmente, más allá del conservadurismo local, era necesario mantener la condición de un Brasil no desarrollado y “colonial”.

Palabras clave: ESALQ/USP, Educación agrícola, Primera República, enseñanza secundaria, enseñanza práctica, Luiz de Queiroz.

Introdução

A Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” da Universidade de São Paulo (ESALQ/USP), composta por uma área territorial de 37.278.642,00 m², localiza-se no Estado de São Paulo, nos municípios de Piracicaba, Anhembi, Anhumas e Itatinga, ocupando um território correspondente a 50,44% do total da área da USP (Molina, 2011).

A instituição, idealizada e projetada em 1881 por iniciativa do empresário Luiz de Queiroz, em 1901, ou seja, depois de 20 anos, foi inaugurada pelo estado paulista. A fazenda-escola, denominada Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”, foi administrada pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo para funcionar como curso de agricultura prática em nível secundário (médio). Em 1934, juntamente com a fundação da Universidade de São Paulo (USP), a instituição se transformou em uma das unidades da USP e passou a ofertar o ensino superior em agronomia. Atualmente, o campus “Luiz de Queiroz” é referência internacional em educação e pesquisa nas áreas de agronomia, biologia, ciência dos alimentos, engenharia florestal, gestão ambiental, energia nuclear para a agricultura, administração e economia voltadas ao agronegócio.

Este artigo¹ é concentrado no período entre os anos de 1881 a 1903, quando ocorreu a gênese da instituição, inicialmente por meio da iniciativa

¹ O artigo é oriundo da dissertação de mestrado defendida em 05/07/2011 na Faculdade de Educação da UNICAMP sob o título: *Escola Agrícola Prática "Luiz De Queiroz" (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências - 1881 a 1903* (Molina, 2011). O trabalho, realizado no Departamento de Filosofia e História da Educação, contou com a orientação da Prof. Dra. Mara Regina Martins Jacomeli e com financiamento da CAPES. O material empírico da investigação foi baseado, principalmente, em fontes encontradas no acervo do museu “Luiz de Queiroz” e no arquivo da Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP), compondo-se de relatórios, revistas, cartas, fotografias, mapas e livros de atas da congregação da escola. Também receberam o status de fontes: a coleção de exemplares do periódico *Gazeta de Piracicaba*, que está sob a guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba, a coleção de leis e decretos do Estado de São Paulo, sob a guarda da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo e documentos do Arquivo Público do Estado de São Paulo. Para maiores informações, o texto encontra-se disponível gratuitamente no sítio da biblioteca digital da UNICAMP:

privada e depois pela ação do Estado de São Paulo. Depois de uma frustrada ação pessoal de Luiz de Queiroz (1881 e 1884), seguiram-se tentativas coletivas de criação da referida instituição, as quais foram encaminhadas por meio da Associação *Brazilian Gentleman*, com seu projeto aristocrático do ‘Colégio Agrícola de São Paulo’ (1891 a 1892). Na Fazenda ‘São João da Montanha’, foram realizados os primeiros trabalhos e implementados os projetos para a construção do campus. Posteriormente (1893 a 1934), o projeto foi assumido pelo poder estadual, por meio da Secretaria da Agricultura, que promoveu a inauguração da escola em 1901².

Luiz Vicente de Souza Queiroz e o projeto de escola agrícola, 1881 e 1884.

Destaca-se que a escola tem, em sua denominação, a reverência a um homem chamado Luiz Vicente de Souza Queiroz (1849-1898), que, segundo a história oficial da instituição, foi o único fundador da escola criada em 1901. Essa reverência rendeu a Luiz de Queiroz diversas homenagens, dentre as quais ter seu nome confundido com a própria instituição e o grande mausoléu que, em 1964, foi edificado em frente ao prédio central da escola, onde ele e sua esposa estariam enterrados. Membro da classe dominante da época, ele foi neto do Brigadeiro Luiz Antônio, maior proprietário de terras da Província, e filho de Vicente de Souza Queiroz, o Barão de Limeira, com Francisca de Paula Souza.

No ano de 1857, aos oito anos de idade, acompanhado de seu irmão, ele foi enviado pelos pais para estudar na Europa, onde permaneceu por 16 anos. Frequentou cursos de agronomia na França e na Suíça.

Em 1873, com 24 anos, retornou ao Brasil, onde herdou de seu pai a fazenda Engenho d’Água, na antiga Vila de Constituição, hoje Piracicaba. Luiz de Queiroz e sua família tinham a base de seu poder no controle dos meios de produção – a fazenda, os escravos, os trabalhadores livres e

<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000839602>.

Acessado em: 27 set. 2015.

² Importante destacar ao leitor que a gênese de todo esse processo remonta à transição do século XVIII para o XIX, quando ocorreram as primeiras tentativas de institucionalização de escolas agrícolas, principalmente após a vinda da família real para o Brasil em 1808. O processo teve ‘sutil’ incremento na transição dos séculos XIX para o XX (Molina, 2011, p. 28).

alguns maquinários. Em Piracicaba, também foi empresário: dedicando-se à atividade industrial, importou maquinário dos Estados Unidos e instalou a Fábrica de Tecidos Santa Francisca (antiga *Boyes*) e também uma usina hidrelétrica (hoje Museu da Água), favorecida pela geografia do salto no rio Piracicaba. Conseguia, com essa usina, a energia necessária para sua fábrica e ainda prestava o serviço de energia pública para parte de Piracicaba, o que lhe rendia bom capital. Seu nome também é vinculado às primeiras experiências com telefonia (1882) e à arborização da cidade.

No contexto conturbado de transição da Monarquia para a República e da abolição do regime de trabalho escravocrata, Queiroz exerceu o cargo de vereador em Piracicaba pelo Partido Republicano Paulista (PRP), por meio do qual, juntamente com seus pares, ditava a política e a economia da cidade. Envolveu-se em vários conflitos internos no PRP de Piracicaba, principalmente contra o grupo de Prudente de Moraes (primeiro presidente civil da República). Queiroz presidiu a comissão abolicionista da cidade e defendia o fim legal da escravidão a curto prazo, diferentemente do posicionamento de Moraes, que lutava pela abolição gradual a médio prazo com indenização aos proprietários de escravos.

Um dos projetos de Queiroz era a implantação de uma escola agrícola em Piracicaba. Segundo consta na Ata da Câmara Municipal de Piracicaba de outubro de 1881, sua primeira tentativa de instalar uma escola prática destinada a lavradores foi nos fundos de seu palacete, na região que ficava entre a Rua do Porto e sua fábrica de tecidos, hoje desativada. No entanto, como as terras eram da prefeitura, o pedido do empresário foi negado pela maioria da Câmara Municipal. Posteriormente a essa tentativa malsucedida, ele escreveu um livreto, publicado em 1884 com o título *Pequeno guia do plantador de algodão no Município de Piracicaba* (Pereira, 2004), no qual se pode encontrar uma importante relação entre suas propostas educacionais e a economia local. Entende-se essa publicação como uma espécie de cartilha, por meio da qual ele almejava ‘educar’ os lavradores com práticas modernas de produção agrícola, visando uma articulação racionalizada dos fornecedores locais de algodão e sua fábrica de tecidos ‘Santa Francisca’ em Piracicaba³.

³ Avançando no tempo, em 1902, no segundo ano de atividades da Escola Agrícola Prática de Piracicaba, a articulação entre a produção e os experimentos com o algodão na fazenda-escola e na antiga fábrica de tecidos de Luiz de Queiroz pode ser observada em documentos que revelam as

Brazilian Gentleman: o projeto coletivo do ruralismo paulista para a educação agrícola, 1891 a 1892.

Na última década do século XIX, após tentar construir nos fundos de sua residência uma escola de agricultura em terras estatais e ver seu projeto vetado pela maioria da Câmara Municipal de Piracicaba, Luiz de Queiroz passou a presidir um projeto coletivo de parte da classe dominante paulista de construção do ‘Colégio Agrícola de São Paulo’. A iniciativa foi encaminhada por uma associação denominada *Brazilian Gentleman* ou ‘Senhores Brasileiros’, composta, principalmente, por proprietários agrícolas, remanescentes industriais e políticos.

A força de tal associação não era limitada à esfera da propriedade privada; sua influência abrangia as instituições políticas da recém-formada República. Entre os membros políticos mais influentes da *Brazilian Gentleman* estavam João Francisco de Paula Souza, Senador da República pelo Estado de São Paulo entre 1895 e 1902, e Domingos Corrêa de Moraes, político do Partido Republicano Paulista (PRP) que, em 1902, assumiu a cadeira de Vice-Presidente do Estado de São Paulo.

O projeto de construção do ‘Colégio Agrícola de São Paulo’, com a intermediação da associação *Brazilian Gentleman*, iniciou-se, efetivamente, no ano de 1891 com a aquisição da Fazenda São João da Montanha. A propriedade, de 131 alqueires (317ha), estava localizada ao redor da cidade de Piracicaba, que, na virada do século XIX, tinha aproximadamente 20 mil habitantes e contava com via férrea para a capital. A fazenda era ideal para a construção da escola, pois possuía plantação de cana-de-açúcar, engenhos antigos, regime de águas com o rio Piracicamirim, que cortava a fazenda e fornecia a possibilidade de aproveitamento de seu potencial hidráulico e elétrico (Morimont, 1895, p. 35). Em suas terras, o café havia sido introduzido tardiamente e não implicou o abandono da antiga lavoura canavieira.

No mesmo ano, Luiz de Queiroz realizou uma viagem ao exterior (EUA e Europa), com a finalidade de contratar um projeto arquitetônico para o colégio e de pesquisar a compra de materiais essenciais para a instalação de sua usina hidrelétrica e da rede de iluminação para a cidade. Durante a viagem pela Europa, conforme indicam algumas fontes de 1891,

transações entre as duas instituições (Ofício de 28/04/1902, no livro de correspondências da Escola, sob a guarda do Museu da ESALQ/USP).

ele encomendou ao arquiteto Alfred BlandFord Hutchings, de Londres, o projeto da planta geral para erguer a escola em Piracicaba (Hutchings, 1891a, 1891b).

O arquiteto inglês projetou um edifício-sede para a fazenda-escola, juntamente com o colégio-internato, com aproximadamente 120 apartamentos individuais que, ao que tudo indica, eram alojamentos luxuosos para jovens da elite ruralista. Aproveitando sua excursão ao exterior, Queiroz contratou, também em 1891, Eugene Davenport, professor de agricultura no *Michigan Agricultural College* (EUA), para exercer, por um ano, o cargo de diretor do colégio que pretendia erguer. Fazia parte das funções do diretor supervisionar a construção do edifício, administrar a fazenda, conceder orientação para os estudos e deveres dos alunos e selecionar professores com base no modelo pedagógico estadunidense.

Entretanto, Luiz de Queiroz teve problemas administrativos com a arrecadação de verbas para a associação *Brazilian Gentleman*, ao mesmo tempo em que “[...] crescia a atividade na fazenda São João da Montanha, chegando a duzentos trabalhadores e dois arquitetos espanhóis, além do diretor norte-americano” (Perecin, 2004, p. 117). As dificuldades o levaram a buscar auxílio do Governo do Estado de São Paulo na tentativa de salvar o empreendimento educacional privado.

Com as finanças da associação no ‘vermelho’, sem o auxílio oficial e percebendo que o legislativo paulista estava articulando um projeto estatal de ensino agrícola, Queiroz realizou, como coordenador, uma manobra bem-sucedida: encontrou uma forma de não perder o capital e o tempo investidos no empreendimento educacional, nem a elaboração do projeto ideológico. Visando não sofrer, posteriormente, com uma instituição concorrente e bancada com dinheiro do Estado, ele mobilizou a opinião pública por meio da imprensa e convenceu o legislativo paulista a adquirir a fazenda São João da Montanha, restituindo à *Brazilian Gentleman* o valor integral das terras e de toda a infraestrutura investida no local. Segundo aponta o decreto nº 130 (São Paulo, 1892), o trâmite jurídico foi realizado por meio de uma ‘doação’ que o Estado foi obrigado a ressarcir integralmente aos ‘doadores’. O ressarcimento, denominado de

‘indenização’, era garantido por um dispositivo jurídico da época chamado ‘Bill de indenidade’⁴, que liberava qualquer doador de prejuízo.

Segundo o acordo entre a iniciativa privada (*Brazilian Gentleman*) e o Estado de São Paulo, no prazo máximo de 10 anos, o Governo tinha a obrigação de construir a escola agrícola na Fazenda ‘São João da Montanha’, caso contrário, esta voltaria ao poder da associação.

O Governador Bernardino de Campos aceitou o acordo condicional, ressaltando que não poderia deixar de auxiliar a iniciativa privada em benefício da agricultura, base da riqueza e da prosperidade do estado. Nesse sentido, concedeu a Luiz Vicente de Queiroz, presidente da *Brazilian Gentleman*, por meio da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas, um crédito de 50:774\$000 pela aquisição da massa falida em Piracicaba, sendo que, em 1891, a referida associação tinha adquirido a mesma propriedade pelo valor de 43:550\$000 (Perecin, 2004).

Em 1894, após a falência de seu empreendimento privado de educação e do projeto do ‘Colégio Agrícola de São Paulo’, Luiz de Queiroz, presidente da *Brazilian Gentleman*, desfez-se da maioria de suas posses em Piracicaba e mudou-se para a cidade de São Paulo⁵. Passou a acompanhar de longe os desdobramentos de construção da escola agrícola e iniciou seus trabalhos na direção da Sociedade Agrícola e Pastoril e na publicação de artigos na Revista Agrícola. Em tais artigos, trazia seu pensamento a público, deixando claro que entendia a educação agrícola como regeneradora da agricultura paulista, então abalada pela crise econômica mundial que durou de 1873 a meados de 1890, cujos reflexos eram sentidos na cultura agroexportadora brasileira. Em seus artigos, Queiroz defendia o desenvolvimento econômico por meio da pesquisa científica e da educação, visando igualar o Brasil aos impérios europeus da época. Combatia as práticas seculares da agricultura tradicional rotineira e buscava promover a racionalização capitalista mediante instituições, como as escolas.

⁴ Segundo Carvalho e Slaibi Filho (2005), indenidade é uma expressão vinda do Latim *indemnitas* que significa livre de perda. O termo é tomado, também, em equivalência a indenização.

⁵ Além do empreendimento educacional, outros negócios de Queiroz faliram em Piracicaba, como a fábrica de tecidos e o serviço de transmissão de energia. Por isso, esse empresário se mudou para São Paulo (Molina, 2011).

O Projeto Estatal Paulista de Educação Agrícola (1893 a 1899)

No contexto histórico de transição do século XIX para o XX, observa-se que, no cenário nacional, o estado de São Paulo se destacava no investimento de infraestrutura na educação rural, nas pesquisas agronômicas e na extensão desses conhecimentos à comunidade ruralista. É o que revela a criação de três instituições de grande porte em menos de cinco anos.

A primeira delas foi o Instituto Agronômico de Campinas (IAC), em 1887, com seus laboratórios de altos estudos. Posteriormente, foram abertos o Curso Superior em Engenharia Agrícola na Escola Politécnica da capital e o curso secundário de Agricultura Técnica na Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” no ano de 1901. Tais instituições vieram para atender aos interesses da classe dominante paulista, enriquecida com a agricultura exportadora, especialmente do café, apelidado, à época, de ‘ouro verde’.

Após os acordos entre a *Brazilian Gentleman* e o Governo do Estado de São Paulo, a fazenda ‘São João da Montanha’ e o projeto de ensino profissionalizante em agronomia passaram a ser de responsabilidade do estado paulista. A administração da fazenda, depois de sua transferência, ficou a cargo do IAC (Instituto Agronômico de Campinas), que, em novembro de 1892, nomeou como administrador da fazenda Ernest Lehmann, agrônomo austríaco que trabalhou em Piracicaba durante treze meses. No entanto, como a fazenda estatal ficaria sob a tutela da Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, os investimentos efetivados pelo IAC no local limitaram-se à administração do patrimônio, de forma que também o trabalho de Lehmann ficou restrito a consertos, reconstruções e pequenos trabalhos (Gazeta de Piracicaba, 1892). Apesar da limitação de verbas, o maior problema para Lehman teria sido o estado de abandono em que se encontrava a fazenda ‘São João da Montanha’, recém-adquirida na transação com a *Brazilian Gentleman*. Segundo reportou o agrônomo austríaco em Piracicaba, a fazenda estava

[...] em condições tão deploráveis, e depois de tantas vicissitudes, é fácil imaginar com quantas dificuldades de toda espécie eu vinha logo tropeçar para a realização da honrosa missão que o governo me tinha incumbido que era adaptar a Fazenda São João da montanha ao Ensino Profissional Agrícola (Morimont, 1895, p. 8).

Em dezembro de 1893, os trabalhos para a construção da fazenda-escola foram transferidos para a alçada da Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo, sob a gestão do secretário Jorge Tibiriçá Piratininga. Nesse período, Lehmann foi substituído pelo engenheiro agrônomo belga, Leon Alphonse Morimont, que ficou responsável pela direção do estabelecimento. Na ausência de um projeto nacional de educação técnica agrícola em nível secundário, o Estado importou o paradigma estrangeiro demonstrando nossa dependência cultural⁶.

A dependência cultural traduz-se nisto: falta de capacidade criativa e atraso constante e cada vez mais profundo em relação ao centro criador que serve de modelo. Representa, ainda, [...] um idealismo estreito e inoperante ao formar um pessoal sem a instrumentação teórica e adequada à transformação da realidade em benefício de interesses da população como um todo e não de interesses de uma pequena parte dela e de grupos estrangeiros, em detrimento da maioria, [...] os problemas reais agravavam-se e, no dia-a-dia escolar, profissionais e alunos ‘solucionavam como podiam’, isto é, improvisadamente (Ribeiro, 2003, p. 81, grifo do autor).

Assim, o estado paulista, dependente, econômica e culturalmente, contratou o engenheiro belga Leon Morimont pelo ordenado de 700\$000 mensais. Sua função seria a de trabalhar como administrador estatal na recuperação física do patrimônio da fazenda ‘São João da Montanha’ e em sua adequação ao ensino agrícola profissional.

Com sua concepção belga de ensino estatal em agricultura prática, Morimont procurou legitimar seu trabalho, afirmando, em seus artigos e

⁶ Toledo Piza Jr, professor emérito do Departamento de Zoologia da ESALQ/USP, escreveu em 1975: “No início, a despeito das dificuldades, a escola era risonha e fraca”. “A leva de professores estrangeiros que iniciaram os seus cursos deu-lhe uns ares de importância, que na realidade não tinha. Com essa mania que sempre tivemos de dar excessivo valor a tudo que nos vem de fora, os mestres vindos da Europa foram logo apontados como verdadeiras sumidades [...]”, no entanto, “Os professores de então nada sabiam das coisas do Brasil. Ignoravam a nossa flora, a nossa fauna, os nossos cultivos! Ensinavam agricultura, por livros europeus” (apud ESALQ 75, 1975, p. 10)

relatórios, que era necessário e urgente o desenvolvimento da educação em agricultura científica e prática para o progresso do estado de São Paulo. Na tentativa de legitimar seu discurso, utilizou exemplos históricos e contemporâneos, especialmente as experiências dos Estados Unidos e da França com a educação agrícola, considerada fator decisivo para o aumento considerável nas forças produtivas e para a acumulação de capital nestes países.

No plano ‘Morimont’ para a construção da Escola Estatal de Agricultura em Piracicaba, mesmo sendo esta uma instituição pública de ensino, constava o pagamento por parte dos alunos de uma taxa anual de 450\$000 e a cobrança de matrícula no valor de 50\$000. Os requisitos básicos desejados dos futuros agrônomos eram a idade mínima de 15 anos e, como escolaridade mínima, o curso primário ou o de primeiras letras. Havia, ainda, o exame admissional e o pagamento de pensão razoável, menos para os bolsistas escolhidos por meio de exames e da indicação de instituições de desamparados (Morimont, 1895, p. 31).

A proposta educativa estatal que Leon Morimont elaborou era a de um curso prático de ciências agrônômicas, sendo o plano arquitetônico da escola articulado com a ideologia presente em sua concepção ‘pedagógica’ teórico-prática.

Seu discurso seguia a trilha da agronomia como solução da crise pela qual o campo passava em virtude dos distúrbios internacionais (primeira grande crise do capital entre 1873 e meados de 1890). Nesse sentido, a criação do curso estatal tinha como objetivo formar jovens preocupados em transformar a propriedade pelo gerenciamento, ou seja, a escola seria formadora de administradores de fazendas, de especialistas na contabilidade e de vigilantes (capatazia) dos braços no campo⁷.

No geral, o projeto proposto pela Secretaria de Agricultura do Estado de São Paulo para a Escola Agrônômica de Piracicaba foi baseado no método intuitivo-demonstrativo, provavelmente sob a inspiração das escolas agrícolas dos Estados Unidos e da França. Tal concepção de ensino projetava que as disciplinas teóricas fossem minoritárias e que o

⁷ Segundo documento histórico de 1903, elaborado por um engenheiro francês em missão de trabalho no Brasil, geralmente, a hierarquia na organização do trabalho em usinas açucareiras era: “um administrador geral tendo sob suas ordens dois ou três auxiliares (administradores), cada um dos quais comanda de três a quatro capatazes (feitores), que dirigem equipes de 20 a 25 trabalhadores” (Picard, 1996, p. 31).

destaque deveria ser dado aos exercícios práticos nos campos experimentais, ou seja, um ensino não ‘academicista’, mas também sem o abandono da erudição teórico-científica. No cotidiano escolar, ficava determinado o máximo de três lições teóricas de forma a não prejudicar os trabalhos práticos.

O tempo do trabalho nas aulas práticas deveria corresponder ao dobro do tempo gasto na erudição teórica nas salas de aula e nos laboratórios (São Paulo, 1900, art. 17, art. 18 e art. 19, cap. III). A tendência positivista da neutralidade na ciência falava alto no regulamento de 1900 e previa punição aos professores que expusessem qualquer doutrina científicista, tais como as de Herbert Spencer ou de Charles Darwin (Perecin, 2004).

Segundo constatamos nos manuscritos de 1894, publicados em 1895 por Morimont, foi planejado um regime disciplinar de internato para o funcionamento da futura escola prática de agricultura em Piracicaba. O regime de internato seria igual para todos os alunos, para os quais reinaria uma ‘disciplina paternal, sem fracas contemplações antidemocráticas’. A citação a seguir ilustra as propostas sobre como deveria ser o cotidiano dos alunos nesse regime de internato.

Levantando-se às 4 ½ horas da manhã no verão, às 5 no inverno, os futuros administradores de fazendas, depois de um curto estudo até a hora do café e dos trabalhos, empregarão a manhã, sempre mais fresca, quase exclusivamente nos trabalhos práticos do campo, terreiro, estábulos e oficinas. Depois do almoço, começarão as aulas, interrogações e exercícios de desenho, laboratório e outros com os respectivos lentes; reservando-se os estudos para o resto das horas livres do jantar e do deitar (Morimont, 1895, p. 23).

Assim, parte da elite paulista, em sua fração ruralista, começou, por meio da iniciativa privada e, posteriormente, do Estado, a construção de uma escola agrícola destinada a acabar com os tradicionalismos rotineiros na produção. Essa instituição deveria colaborar para a disseminação dos conhecimentos técnico-científicos entre os produtores de visão arcaica, o que seria feito pelos agentes da ‘modernização’ agrícola: os agrônomos especialmente formados. Esses profissionais, técnicos agrônomos, forjados na escola agrícola prática, seriam propagadores das ‘luzes’ no sistema produtivo imerso no ‘obscurantismo’ dos tempos coloniais.

Portanto, o agrônomo funcionaria como intelectual orgânico⁸ do ruralismo ‘moderno’ e teria o objetivo de moldar a cultura dos pequenos e grandes lavradores e dos empregados braçais, atuando nos meios de comunicação, como os periódicos agrícolas (jornais e revistas), no trabalho como administradores de fazendas particulares ou próprias, como professores em escolas de todos os níveis e como funcionários estatais que visitariam fazendas, periodicamente, como consultores.

A ideia era transferir para o Brasil esse ‘novo tipo de homem’, especialmente forjado nos centros capitalistas concentrados nos Estados Unidos e na Europa. Na época, estava em pauta a formação de um novo trabalhador, adaptado às mudanças que estavam ocorrendo no sistema produtivo.

A ela não mais interessa aquele intelectual contemplativo das elites ou mesmo artífice já mutilado da manufatura. A sua atenção volta-se agora para um novo tipo de intelectual, ligado direta ou indiretamente ao processo produtivo de base científica. Nesse sentido, pode-se afirmar que o século XX já se inicia com a necessidade de requalificação da força de trabalho, especializada ou não, uma vez que na produção científica, a habilidade do trabalhador-artífice, ao ser incorporada ao instrumento de trabalho, passa a demandar do trabalhador urbano-industrial nova capacidade de trabalho (Neves, 1994, p. 18).

De qualquer forma, mesmo com essas demandas, em novembro de 1896, o Estado paulista paralisou os trabalhos de adequação da fazenda à escola e Leon Morimont foi dispensado do cargo de diretor da ‘São João da Montanha’. Na época, o estado alegou a necessidade de conter gastos em decorrência da queda de arrecadação de impostos pela baixa na exportação do café (Perecin, 2004).

⁸ Utilizamos a categoria de ‘intelectual orgânico’, conforme a visão de Gramsci (1989). Grosso modo, os intelectuais são entendidos como um grupo social autônomo, porém, com um papel social de ‘porta-vozes’ dos grupos ligados ao sistema produtivo, ou seja, ao ‘mundo da produção’.

A Lei do serviço agrônômico de 1899

Os trabalhos de adequação da fazenda estadual ‘São João da Montanha’ ao ensino agrônômico ficaram parados, até a aprovação da Lei do Serviço Agrônômico no Congresso Paulista (Lei nº 678), em 13 de setembro de 1899, uma legislação que objetivou reformar a agricultura paulista. (Molina, 2011, p. 123). No final desse ano, o Secretário da Agricultura, Alfredo Guedes, tornava pública a execução do artigo 13º da Lei nº 678, que instalava a primeira escola prática de agricultura em Piracicaba.

A lei n. 678, de 13.09.1899, organizava o serviço agrônômico do Estado de São Paulo, que ficava adstrito à chamada 3ª seção da Secretaria do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. O serviço agrônômico compreendia o ensino agrícola prático profissional, sem prejuízo do ensino superior de agronomia, já criado na Escola Politécnica (art. I, parágrafo primeiro e art. 3. da lei). As bases organizacionais do ensino profissional agrícola a ser ministrado nas escolas práticas de agricultura bem como as diretrizes pedagógicas da primeira delas, a ser implantada em Piracicaba, achavam-se contidas entre os artigos 3 e 14 da referida lei (Perecin, 2004, p. 271).

Assim, a lei do serviço agrônômico pretendeu reorganizar o ensino agrícola e as pesquisas científicas agrônômicas de São Paulo, investindo capitais em algumas estações experimentais (públicas ou privadas), em laboratórios de altos estudos (Instituto Agrônômico de Campinas e Politécnica da capital), em educação primária agrícola (técnico-elementar), por meio dos ‘Aprendizados Agrícolas’ de Iguape (Bernardino Campos), São Sebastião (João Tibiriçá), Batatais e Araras e do ensino ambulante no interior dos distritos agrônômicos com o uso de vagões de ferrovias (Perecin, 2004, p. 299). O ensino agrícola secundário ficou por conta da Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” de Piracicaba e o superior por conta do Curso de Agronomia da Escola Politécnica de São Paulo. Nessa reorganização, cabe citar a construção de postos zootécnicos na “Luiz de Queiroz”, na capital paulista e em Nova Odessa, locais que seriam responsáveis pela disseminação dos conhecimentos da indústria pastoril por meio de cursos.

Assim, ao decretar a lei do serviço agrônômico, o estado paulista queria ultrapassar os limites institucionais das escolas agrícolas e criar campos de experiências nos distritos agrícolas para a propagação dos modernos métodos de produção junto aos fazendeiros. O agrônomo oficial, a serviço do Estado, divulgaria ensaios de novas culturas, novos processos culturais e novos instrumentos de lavoura. Seriam oferecidos os melhores processos culturais e máquinas agrícolas com resultados ‘garantidos’ pela grande experiência nos centros de pesquisa e educação. Os primeiros resultados positivos obtidos pela Secretaria da Agricultura foram os que aconteceram nos campos de experiências de Iguape, de São Sebastião, de Nova Odessa (ligado ao IAC), do Horto Botânico (na Cantareira) e no Horto Agrário Tropical de Cubatão (Congresso do Estado de S. Paulo, 1899).

Pudemos constatar que, nesse contexto, por meio dos regulamentos de 1900, a “Luiz de Queiroz” estava prevista para funcionar em um esquema de hierarquia extremamente verticalizada e antidemocrática. Todas as decisões internas da escola precisavam da aprovação do Secretário da Agricultura, o que provocava protestos recorrentes dos professores, que reivindicavam a liberdade sobre os conteúdos e sobre a programação didático-pedagógica de suas cadeiras. Abaixo do secretário estava a congregação, que reunia o diretor e os professores da escola, responsáveis pela definição dos roteiros didáticos pedagógicos, pelo agendamento de reuniões oficiais e extraoficiais, pela ordenação de deveres e pela definição das reuniões obrigatórias.

Com relação à constituição do profissional formado na “Luiz de Queiroz”, segundo o regulamento de 1900 (artigo 3º do capítulo I), o agrônomo teria capacidade para ingressar no mercado de trabalho como gerente ou chefe de cultura. Estaria habilitado a explorar economicamente os campos por meio de técnicas modernas, fosse como proprietário ou como funcionário. O mesmo Regulamento, em seu artigo 115, capítulo XII, sob a inspiração da lei do serviço agrônômico de 1899, afirmava que, por se tratar de uma instituição estatal de ensino, o agrônomo formado da “Luiz de Queiroz” teria preferência na admissão em cargos públicos, em especial nos cargos da Secretaria da Agricultura, que, geralmente, empregava os agrônomos para o trabalho de chefia de culturas nos campos experimentais espalhados nos distritos agrônômicos de São Paulo.

A inauguração emergencial da “Luiz de Queiroz” e seu futuro incerto

Mesmo com a formulação do primeiro regulamento em 1900, por deficiências físicas e estruturais, a escola ainda não tinha aberto suas portas. Por isso, a inauguração da Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” em Piracicaba ocorreu em caráter emergencial, visando obedecer às cláusulas contratuais para manter a propriedade nas mãos do Estado⁹. “O evento foi programado para o dia 3 de junho de 1901, em uma segunda-feira, às doze horas, por decisão do Secretário da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Antônio Cândido Rodrigues” (Perecin, 2004, p. 211).

Na época, a situação precária das instalações da “Luiz de Queiroz” e sua inauguração emergencial eram simbolizadas com a improvisada sede escolar. O edifício, que fora construído no período de gestão Morimont para funcionar como depósito da fazenda, foi adaptado para ser a primeira sede oficial da instituição onde as aulas teóricas deveriam ocorrer.

Faltavam carteiras nas salas de aula, equipamentos para as atividades práticas, sementes para os campos de experiências; os poucos funcionários existentes poderiam perder seus empregos muito em breve. Segundo o Livro de Correspondências da escola, o diretor Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho se queixava dessa situação precária. Para Carvalho, a escola deveria ter

[...] ao menos uma aula decentemente mobiliada por ocasião da solenidade da inauguração oficial da escola, pois os nossos toscos bancos de pranchões pregados no assoalho da menor e mais escura sala do estabelecimento, bancos sem gavetas e nem o lugar para o tinteiro, não correspondem às exigências do

⁹ O Estado de São Paulo apressou a abertura da instituição visando atender ao contrato de transferência, fechado em 1892, entre *Brazilian Gentleman*, de iniciativa privada, e o poder ‘público’. Como dito anteriormente no ponto 1.2, uma das cláusulas desse contrato determinava a devolução das terras para os antigos donos, caso o Estado paulista não construísse a escola no prazo de 10 anos. No ‘calor da hora’, faltando menos de 1 ano para o vencimento dos acordos, o estado resolveu inaugurá-la, apressadamente, mesmo que precária e mal estruturada, no segundo semestre de 1901.

ensino moderno, nem mesmo nas escolas primárias (Ofícios da Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz” – 13/04/1901)

Em decorrência da inauguração emergencial, a escola teve seus projetos simplificados. A falta de estrutura física resultou na modificação da concepção de escola: o regime de internato tornou-se de externato. “Apelava-se para os espaços socioculturais da cidade e sua capacidade de alojar a população estudantil” (Perecin, 2004, p. 200-201). É neste momento que começam a surgir as primeiras casas ou repúblicas de estudantes de Piracicaba.

Foi, portanto, entre festividades e precariedades que, em junho de 1901, se inaugurou, em caráter emergencial, a Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”. Em virtude dessa tardia inauguração, um curso que deveria ser composto de dois semestres, teve em seu primeiro ano de existência reduzido a um semestre letivo.

Conforme a edição de 04 de junho de 1901 do jornal ‘Correio Paulistano’, durante as festividades de inauguração da escola, o caminho que levava do centro de Piracicaba até a fazenda-escola foi todo enfeitado. Entre muitos discursos, destacamos as falas do primeiro diretor, o zootecnista Ricardo Ernesto Ferreira de Carvalho. A base de sua fala, transcrita na imprensa, foi a defesa do progresso na agricultura por meio da ‘regeneração’ científica. Para Carvalho, a educação e a ciência deveriam combater o tradicionalismo da lavoura monocultora extensiva, supostamente a verdadeira responsável pelo atraso do Brasil em relação aos países do centro.

Outro aspecto ressaltado por Carvalho foi a necessidade de propaganda institucional para o convencimento dos filhos da classe dominante a estudar na “Luiz de Queiroz”. Em decorrência do conservadorismo e do tradicionalismo dos fazendeiros, era necessário o estado paulista ‘sensibilizar’ a classe da lavoura, por meio da propaganda oficial, para que desistissem de ser bacharéis ou doutores e se tornassem agrônomos práticos.

Porém, esse modelo de escola agrícola, secundária, técnica e prática, sob a inspiração da pedagogia intuitiva, era uma experiência desconhecida no estado de São Paulo. O futuro da instituição estava cercado de incerteza, ceticismo e resistência, especialmente por parte dos segmentos hegemonicamente conservadores. Mesmo entre os otimistas, o ânimo era minado pelo despreparo da clientela. Os filhos dos fazendeiros, dispostos a

ingressar na “Luiz de Queiroz”, embora tivessem nascido em ‘berço de ouro’, pareciam fortemente despreparados para o nível secundário, pois mostravam grande deficiência¹⁰ em conhecimentos básicos dos ensinamentos elementar e primário, indispensáveis para o ingresso e para a continuação dos estudos no ensino secundário (Perecin, 2004).

A origem da primeira ‘clientela’ da escola é, hegemonicamente, de Piracicaba: jovens ‘aparentados’ das famílias Mello, Silveira e Sampaio. Dentre esses nomes, com maior número de ingressantes, sobressai o da família Sampaio, frequentadora “[...] da extinta Sociedade Propagadora da Instrução na qual João Manuel de Moraes Sampaio era o maior acionista e presidente” (Perecin, 2004, p. 232). Essa família fazia parte da oligarquia piracicabana comandada pelo poderoso Prudente de Moraes, que também se dedicou à instalação da escola estatal na cidade. No entanto, a presença maciça de jovens de Piracicaba não foi sinônimo de sucesso, já que somente dois deles receberam o título de agrônomo em 1903: a maior parte dos formandos era de origem extracomunitária.

Além das questões da precariedade estrutural e do baixo rendimento nos exames, surgiam alguns novos problemas, como o do preconceito por parte dos alunos de classes mais abastadas contra os trabalhos práticos das disciplinas de campo na fazenda-modelo.

Os alunos se queixaram à direção, alegando que o trabalho prático era exaustivo, e solicitaram que este fosse eliminado da grade curricular. Porém, a direção, à frente da qual estava José Amândio Sobral, não se curvou e manteve a rigidez disciplinar calcada no Regulamento Interno da escola, o qual determinava que os trabalhos e as aulas práticas correspondessem ao dobro das atividades teóricas. A formação, que implicava o estudo prático nas disciplinas realizadas nos campos experimentais da fazenda-escola, exigiria mudanças na cultura ainda escravocrata dos jovens ruralistas.

¹⁰ Em 09/10/1901, em uma tentativa de resolver esses problemas, o Diretor Ricardo Ernesto de Carvalho foi substituído pelo Inspetor de Agricultura do 5º Distrito Agrônomo, José Amândio Sobral, homem do partido e do governo. Agrônomo, Sobral se dizia determinado a cumprir as ordens do Governo: “[...] administrar um ensino, antes de tudo prático, à maneira do que se professa nos cursos profissionalizantes dos Estados Unidos” (Perecin, 2004 p. 231). Nota-se que tanto o diretor que saiu quanto o que o substituiu eram subordinados aos interesses do Estado e do Partido, o que mostra uma autonomia limitada da Instituição.

No entanto, depois de apenas 10 anos da libertação dos escravos, seria ‘difícil’ a mudança cultural desses jovens, provenientes da classe de antigos proprietários de negros. Para estes ‘pequenos senhores’, ficar exposto ao sol, realizando experimentos no campo, era um trabalho braçal próprio de classes subalternas ou ‘degeneradas’.

Segundo Costa e Schwarcz (2000, p. 11-12), o preconceito contra o trabalho braçal fazia parte das “[...] ambiguidades do progresso”. Ao mesmo tempo em que se procurava institucionalizar uma escola para o ensino das técnicas-científicas para o campo, convivia-se com as marcas evidentes da escravidão – por isso a recusa aos trabalhos práticos. Para as autoras, “[...] não há como esquecer que a escravidão deixava, ainda, marcas evidentes no cotidiano local [...]”, já que o Brasil tinha sido a última nação a abolir o cativeiro. Assim, era difícil implantar um projeto republicano supostamente ‘moderno’: as cicatrizes da escravidão ainda sangravam por toda a sociedade patriarcal, “[...] marcada pelas relações de ordem pessoal [...]”, violentas e preconceituosas.

Portadora de uma mentalidade de tempos coloniais, a clientela da “Luiz de Queiroz” buscava privilégios por meio do Partido Republicano Paulista e se recusava a receber ordens e a manter a disciplina nos estudos.

Notas baixas e péssimo aproveitamento eram também sinônimo de indisciplina. Em março, o professor de agricultura, dr. Luciano de Almeida, chegou a pedir a exoneração do cargo por indisciplina de um aluno do segundo ano. Em junho, o secretário da escola era agredido, ao comunicar a um outro aluno sua inabilitação para o exame prático na primeira cadeira. Ao ser punido, o mesmo desatou o diretor, alegando que não aceitava repreensão. Sempre que desejavam, os alunos deixavam de comparecer coletivamente às aulas (Perecin, 2004, p. 245).

A articulação dos alunos com os pais, parentes e amigos pertencentes ao Partido Republicano Paulista levou a Secretaria da Agricultura a determinar a redução da carga horária dos trabalhos práticos no campo pela metade. Assim, o horário letivo no campo passou de doze para seis horas de trabalhos semanais. Posteriormente, as aulas práticas foram quase extintas na escola, conforme o relatório oficial de 1904 elaborado pelo secretário Luiz de Toledo Piza: do total de aulas ministradas na escola, apenas 17% delas eram reservadas aos trabalhos práticos de campo (Perecin, 2004, p. 255).

Em suma, pode-se observar que, no interior da “Luiz de Queiroz”, ocorreram embates entre a concepção educativa oficial, cujo objetivo era ministrar um conteúdo essencialmente técnico-prático, e a proposta da clientela da escola, cujo princípio era a recusa aos trabalhos práticos de campo e o privilégio do conteúdo essencialmente teórico.

Segundo Cunha (2000), o preconceito contra o trabalho ‘braçal’ agravou-se com o término legal do regime de trabalho escravo, uma vez que, nesse contexto histórico, as representações sociais do trabalho livre foram alteradas: o trabalho manual ou braçal, cada vez mais, era identificado com os negros e seus descendentes, ao passo que o trabalho intelectual foi sendo associado somente aos brancos. Assim, os alunos das escolas secundárias agrícolas, como a “Luiz de Queiroz”, resistiam às disciplinas de trabalho prático na fazenda-escola por questões racistas, mas também, classistas, visto que muito brancos miseráveis da Europa vinham realizar trabalhos braçais na cidade e no campo brasileiro¹¹.

O que se percebe dessa maneira é a persistência de velhos padrões de sociabilidade, próprios do mundo rural escravocrata e patriarcal brasileiro, que continuavam nessa São Paulo em expansão. Ao lado de novas tecnologias, das atividades econômicas e ocupações sociais recentes – e propriamente urbanas – estão patentes as marcas de um passado em que as hierarquias sociais eram dadas por padrões rígidos de nascimento e de inserção (Costa & Schwarcz, 2000, p. 38).

Vinte e dois anos depois, a primeira turma de agrônomos práticos de São Paulo (1903)

Foi em meio a novidades, preconceitos, discórdias, brigas e uma estrutura precária que a Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”, em 20 de novembro de 1903, formou sua primeira turma de Agrônomos Práticos de 2º grau. Do total de 25 matriculados no primeiro ano do curso em

¹¹ “A busca de fundamentação para o não comparecimento às aulas práticas trazia à luz outra séria dificuldade enfrentada pela escola: a indisposição dos alunos para com os exercícios de campo. Em virtude do preconceito com relação ao trabalho manual na agricultura, [...] os alunos se insurgiram contra os exercícios diários ‘monótonos’, por serem repetitivos e exaustivos, pedindo a redução da carga horária” (Perecin, 2004, p. 241).

1901, somente 7 alunos receberam o diploma. Segundo o *Livro de atas da Congregação da Escola* de 23 de novembro de 1903, os primeiros formados na escola foram: José Baptista de Carmo Lopes (Minas Gerais), Odilon Ribeiro Nogueira (São Paulo), Otaviano de Moraes Sampaio (São Paulo), Luiz Eugênio de Souza Nogueira (Rio de Janeiro), João do Amaral Mello (São Paulo), José Maria de Paula (São Paulo) e o filho do professor Lacordaire Duarte, Carlos Tomás de Magalhães Duarte (Minas Gerais). O paraninfo da turma foi o professor Aristóteles Pereira.

O evento festivo da formatura contou com a presença de Luiz de Toledo Piza e Almeida, Secretário da Agricultura de São Paulo, de José Amândio Sobral, Inspetor do 6º Distrito Agrônomo e antigo diretor da escola, do Diretor Geral da Secretaria do Estado, Eugênio Lefevre, e de outras autoridades da região de Piracicaba. O orador que representou os alunos nas festividades foi José Maria de Paula, em cujo discurso, transcrito no Livro de Atas das sessões solenes da escola de 23 de novembro de 1903, reportou-se ao sentimento de ‘orgulho paulista’, caracterizando o estado de São Paulo como pioneiro nas inovações tecnológicas, trabalhistas e educacionais da produção agrícola e afirmando que Piracicaba e a Escola Prática tinham a função de vanguarda do ‘progresso’ nacional. Também agradeceu ao Partido Republicano Paulista e ressaltou a figura do Patrono da escola, Luiz Vicente de Souza Queiroz (Perecin, 2004, p. 254-255).

Pesquisas sobre a vida e o destino dessa primeira turma de alunos formados mostram que esses jovens se empregaram em cargos públicos, especialmente na burocracia da Secretaria de Agricultura. Outros voltaram para suas fazendas para melhorar a produção por meio dos conhecimentos práticos e científicos adquiridos em Piracicaba (Molina, 2011).

Assim, desde 1881, quando Luiz de Queiroz tentou implantar uma escola no fundo de sua residência, a 1891, quando surgiu a associação privada *Brazilian Gentleman*, por meio da qual se projetou o ‘Colégio Agrícola de São Paulo’ em Piracicaba, e depois, em 1892, quando o estado paulista assumiu a responsabilidade pela Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”, inaugurada em 1901, foi somente em 1903, após 22 anos de projetos e atrasos, que a instituição formou sua primeira turma de agrônomos.

Nesse quadro em que a elite agrária ‘ilustrada’ aguardou tanto tempo para formar sua primeira turma de agrônomos em 1903, seria ‘natural’ que o futuro da instituição não fosse animador. A “Luiz de Queiroz” iniciou

1904 com o atraso de três meses no pagamento dos empregados (professores e demais funcionários) e com dívidas junto aos fornecedores. O administrador da fazenda-modelo, Milton Underdown, pediu demissão e voltou para os Estados Unidos¹² no mesmo ano. Com tal precariedade, a escola se esvaziou e, em 1904, das cinco cadeiras oficiais, contava somente com 3 professores e 1 matrícula de aluno para o primeiro ano (Perecin, 2004). Assim, a “Luiz de Queiroz” parecia trilhar o mesmo caminho de outras escolas agrícolas do Brasil, isto é, estava ameaçada de ser fechada.

Constatamos que, entre 1877 e 1936, em nível nacional, foram criados 28 cursos superiores de agronomia, dos quais 17 faliram e os 10 restantes foram mantidos de modo precário (sem contar as escolas secundárias e elementares que também fecharam) (Capdeville, 1991).

Portanto, compreendemos que os constantes atrasos na inauguração e o estado degradado da “Luiz de Queiroz” em seus primeiros anos de existência eram reflexo dos aspectos materiais que, à época, determinavam a prática conservadora e tradicionalista da classe hegemonicamente dominante, tanto no nível local quanto no nacional. Podemos afirmar, grosso modo, que, em decorrência da dinâmica da agricultura nacional na transição dos séculos XIX para o XX, baseada fundamentalmente no latifúndio, na monocultura de exportação, na exploração predatória dos trabalhadores (escravos, ex-escravos e imigrantes pobres), na abundância de terras novas e férteis e no descaso pelo manejo e conservação do solo, ‘não eram necessários’ investimentos em educação agrícola com a finalidade de uma modernização capitalista nacional e autônoma. A rotina e os métodos arcaicos coloniais eram suficientes para enriquecer as classes ruralistas nacionais e seus parceiros internacionais.

Em suma, não se pode negar que, no contexto histórico estudado, como é o caso da “Luiz de Queiroz”, existiram propostas e tentativas de ‘modernização’ capitalista no Brasil, embora estas tenham provindo de uma reduzida parcela da classe dominante. É pertinente mencionar que, no

¹² Também houve influência estadunidense na Escola Agrícola de Lavras (ESAL-1908), “[...] no que tange à organização, ao funcionamento, aos currículos e aos métodos de ensino. Em Piracicaba, na “Luiz de Queiroz” (1901), a “[...] influência estadunidense era contrabalanceada pela influência europeia, que, na Bahia (1887), em Pelotas (1891) e nas escolas politécnicas era praticamente exclusiva” (Capdeville, 1991, p. 58).

final do século XIX e início do XX, o país viveu a transformação do sistema imperial-monárquico em republicano-oligárquico; as transformações no sistema do trabalho, de escravista em liberal; pequenos incrementos no setor produtivo com máquinas para o beneficiamento do café e a abertura de ferrovias, além da tentativa da criação de algumas instituições de ensino agrícola. Tais inovações, contraditoriamente, estiveram acompanhadas de nossas características coloniais, como o acesso inalterado à terra, em razão da manutenção dos grandes latifúndios e do modelo de exploração predatório, extensivo e monocultor, que, voltado à exportação, atendia somente aos interesses da classe dominante nacional, e, sobretudo, aos centros consumidores. Assim, nossa função, no circuito do sistema capitalista internacional, foi a de produzir café barato para a Europa e os Estados Unidos.

Na ‘Era dos Impérios’, era necessária, e foi conveniente para os ruralistas, a condição de um Brasil submisso, não desenvolvido, periférico, fornecedor de mão de obra precarizada, de matérias-primas baratas e importador de manufaturas encarecidas.

Fontes consultadas

Congresso do Estado de S. Paulo. (1899, 06 de dezembro). *Diário Oficial do Estado de São Paulo*. Arquivo do Estado de São Paulo.

Decreto nº 863, de dezembro 1900. Pedagogia para a escola agrícola. Arquivo público da Biblioteca da Faculdade de Direito da USP.

Gazeta de Piracicaba. (1892, 11 de julho). Sob guarda do Instituto Histórico e Geográfico de Piracicaba (IHGP).

Hutchings, A. B. (1891a, 4 de maio). [Correspondência para Luiz Vicente de Souza Queiroz]. Proposed Agricultural College to be erected at Piracicaba [...] to president and agent of an association of Brazilian gentlemen. Acervo do Museu da ESALQ/USP.

Hutchings, A. B. (1891b, 30 de maio). [Correspondência para Luiz Vicente de Souza Queiroz]. Proposed Agricultural College to be erected at Piracicaba [...] to president and agent of an association of Brazilian gentlemen. Acervo do Museu da ESALQ/USP.

Os ruralistas paulistas e seus projetos para a educação agrícola:
a “Luiz de Queiroz”(ESALQ/USP) em Piracicaba (1881 a 1903)

Livro de atas da Congregação da Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”. (1901-1903). Acervo do Prédio Central da ESALQ/USP.

Morimont, L. A. (1895). *Relatório da Fazenda São João da Montanha em Piracicaba pertencente ao Estado, 1894: apresentado ao Dr. Jorge Tibiriçá Secretário dos Negócios da Agricultura do Estado de São Paulo*. São Paulo: typographia Paulista. Museu da ESALQ/USP.

Ofícios da Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”. (1901, 13 de abril). Acervo do Museu ESALQ/USP.

Regulamentos da Escola Agrícola Prática “Luiz de Queiroz”. (1898, 1900).

São Paulo (Estado). Assembléia Legislativa. (1892, 20 de novembro). Decreto nº 130, de 18 de novembro de 1892. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, p. 4836.

Bibliografia

Capdeville, G. (1991). *O ensino superior agrícola no Brasil*. Viçosa, MG: UFV.

Carvalho, G., & Slaibi Filho, N. (2005). *Vocabulário jurídico* (26a ed.). Rio de Janeiro,

RJ: Forense.

Costa, A. M., & Schwarcs, L. M. (2000). *1890-1914: no tempo das certezas*. São Paulo, SP: Cia das Letras.

Cunha, L. A. (2000). *O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização*. São Paulo, SP: Unesp.

ESALQ 75 (1901-1976): 75 anos a serviço da Pátria. (1975). Piracicaba, SP: ESALQ.

Gramsci, A. (1989). *Os intelectuais e a organização da Cultura*. São Paulo, SP: Civilização Brasileira.

Rodrigo Sarruge MOLINA; Mara Regina Martins JACOMELI.

Molina, R. S. (2011). *Escola Agrícola Prática "Luiz De Queiroz" (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências - 1881 a 1903* (Dissertação de mestrado). Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

Neves, L. M. W. (1994). *Educação e política no Brasil de Hoje*. São Paulo, SP: Cortez.

Perecin, M. T. G. (2004). *Os passos do saber: a Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo.

Picard, J. (1996). *Usinas açucareiras de Piracicaba, Villa-Raffard, Porto-Feliz, Lorena e Cupim: missão de inspeção do Senhor J. Picard, Engenheiro, de 1 de Março a 15 de Julho de 1903*. São Paulo, SP: Hucitec.

Ribeiro, M. L. S. (2003). *História da educação Brasileira: a organização escolar* (19a ed.). Campinas, SP: Autores Associados.

Submetido em: 02/07/2015

Aprovado em: 10/05/2016

Este é um artigo de acesso aberto, distribuído sob os termos da licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos, em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.